

## TECER TRAMAS PARA FORTALECER OS MEIOS

WEAVING WEFTS TO STRENGTHEN THE MEDIA

TEJER TRAMAS PARA FORTALECER LOS MEDIOS

**Obra resenhada/reseñada:** SEGURA, María Soledad; WECKESSER, Cintia (Orgs.). *Los medios sin fines de lucro entre la ley audiovisual y los decretos*. Córdoba: Editorial de la UNC, 2016. 200 p.

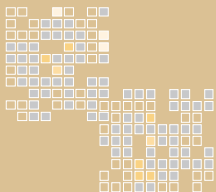
**Adilson Vaz Cabral Filho<sup>1</sup>**

O processo de formulação, aprovação e implementação da *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* (26522/2009) na Argentina foi conduzido por atores sociais que se mobilizaram e contaram com um envolvimento social mais amplo e a vontade política do governo Cristina Kirchner, em seu segundo mandato, enfrentando ampla reação da mídia corporativa e de opositores ao governo que conduziram Mauricio Macri ao poder, mediante um processo eleitoral legítimo, em virtude de questões externas ao tema da Comunicação.

Sua agenda, como era de se esperar, colocou em marcha uma série de medidas antidemocráticas sob o discurso da racionalidade técnica em contraposição a uma suposta política ideologicamente conduzida, dando margem à desconstrução de processos já consolidados, como a estrutura e o papel da *Autoridad Federal de Servicios de Comunicación Audiovisual* (AFSCA) e do *Ministerio de las Comunicaciones*, bem como a validade do texto da própria *Ley de Medios*.

A força de um novo governo legalmente constituído, associada à condução de seu programa de governo aprovado nas urnas, deveriam ser fatores de acomodação da sociedade organizada que se envolveu com a viabilização da *Ley de Medios*. Ao contrário, a reação mostrou-se firme e imediata, levando não apenas ao enfrentamento do ímpeto do governo recém-eleito, como à legitimação de suas vozes na condução de um

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC) e do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: acabral@comunicacao.pro.br.



debate mais amplo para a formulação dessa nova lei.

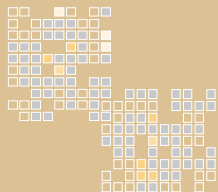
Não que isso represente em si um ganho, mas é, evidentemente, um indicador de que a resistência manifesta na forma de tantas e diferentes vozes conscientes de sua participação na formulação de uma lei democrática pode consolidar um processo duradouro, para além de governos mais politicamente favoráveis, viabilizando a perenidade da política, mesmo que em contexto que se apresente como politicamente desfavorável.

O que possibilitam María Soledad Segura e Cintia Weckesser, organizadoras do livro “Los medios sin fines de lucro entre la ley audiovisual y los decretos”, é oferecer ao leitor uma oportunidade de reunir muitas dessas vozes em textos que demarcam suas posições políticas, oferecem questionamentos dos processos em curso, bem como autocríticas e perspectivas de atuação que conformam um mapa de posicionamentos distintos, que têm em comum a disposição de afirmar a democracia nos meios para além de processos regulatórios favoráveis ou não.

O livro é dividido em quatro grandes partes, relativas a depoimentos de referências de setores sociais representativos na condução do debate, a saber: (1) associações de meios sem fins de lucro, (2) organizações do setor audiovisual, (3) áreas do Estado vinculadas a políticas de comunicação e (4) universidades públicas. Cada uma dessas áreas conta com uma série de depoimentos de representantes desses setores, a partir de depoimentos colhidos em diferentes situações, em debates realizados de 2009 a 2015, período compreendido entre a implementação da *Ley de Medios* e a sanção dos Decretos 13, 236 e 267, que a suspenderam.

Trata-se de “integrantes das principais redes de meios comunitários, alternativos, populares e cooperativos da Argentina, dirigentes de organizações de trabalhadores do setor audiovisual, representantes de áreas do Estado vinculadas a políticas de comunicação audiovisual e investigadores de universidades públicas dedicadas ao estudo destes temas com diversas posturas políticas e enfoques teóricos”, predominantemente de Córdoba, região na qual o livro foi elaborado, mas também de distintas regiões do país.

A primeira parte traz depoimentos de integrantes de associações ligadas a rádios e TVs comunitárias locais ou relacionadas a organismos de alcance mundial e também conta com posicionamento de organizações de

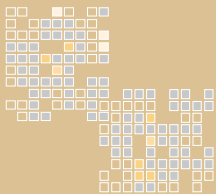


produtores audiovisuais alternativos. Temas como o processo de construção e transformação da *Ley de Medios*, o papel de ativistas e militantes nas iniciativas de comunicação popular, as variadas configurações das rádios comunitárias e os modos de ocupação dos 33% destinados ao setor comunitário, sustentabilidade financeira e articulação dos meios junto às populações locais. Colocam os desafios em perspectiva mais ampla e complexa, na compreensão de que, mesmo com avanços conquistados, ainda há muito a se desenvolver para a afirmação do setor comunitário.

Posteriormente, a segunda parte do livro conta com reflexões de integrantes do setor audiovisual, que reforçam a necessidade de estabelecer dinâmicas de trabalho e atuação política capazes de viabilizar políticas construídas, bem como legitimar os meios comunitários junto à sociedade. Assim, foram trabalhadas temáticas relacionadas à afirmação de carreiras profissionais no setor, à sustentação jurídica das iniciativas que viabilize garantias aos profissionais e organizações envolvidos, além de modelos possíveis de financiamento. Tais temas indicam um nível de amadurecimento elevado, que se relaciona não só com a necessidade de consolidar a estruturação do setor, mas também de indicar sua força política e organizativa diante de possíveis adversidades políticas.

A seguir, posicionamentos de integrantes de instituições estatais que tratam da área da Comunicação são colocados na terceira parte do livro. A compreensão do papel do Estado na formulação de políticas para o setor, o fortalecimento dos meios comunitários, a promoção de iniciativas para viabilizar articulações estratégicas, além da busca pela qualidade dos conteúdos veiculados revelam a ampla riqueza dos temas abordados, bem como a disposição do Estado em não se restringir à dimensão da regulamentação para conduzir uma política pública adequada para o setor. Bem verdade que não há consensos na operacionalidade dessa política, mas a disposição é possibilitada justamente pela riqueza e complexidade com as quais os temas são tratados.

Por fim, uma quarta parte traz o posicionamento de integrantes das universidades como interlocutoras privilegiadas desse processo, pelo envolvimento com alunos e contribuições de professores e pesquisadores da área de Comunicação e de áreas que trazem contribuições importantes para a afirmação do direito à comunicação e a formulação e implementação de políticas para o setor. O debate sobre sustentabilidade é trazido numa perspectiva mais ampla, dimensionada à afirmação da própria política pública, não apenas à capacidade e competência de uma ou outra iniciativa. As questões



relacionadas à acesso e audiência dos meios comunitários são tratados em função da instabilidade na condução regulatória estabelecida com o atual governo argentino, além de aspectos relevantes, relacionados à produção audiovisual. Os textos denotam uma clara expectativa das universidades em relação à importância da implementação das políticas públicas para a continuidade dos meios comunitários, além do reconhecimento das universidades como interlocutoras privilegiadas entre organizações do setor e o governo.

A proposta do livro, em sua totalidade, contribui para fornecer um amplo panorama de posicionamentos sobre o setor audiovisual na Argentina ao mesmo tempo em que demonstra sua vitalidade, ao apresentar uma série de representantes de distintas organizações da sociedade se debruçando em torno do tema, tecendo reflexões a respeito de suas conquistas e apontando desafios futuros, mas, sobretudo, tratando de uma ampla gama de temáticas e enfoques que ratificam a ideia de que os avanços no setor comunitário sem fins lucrativos no país não serão desconstruídos sem resistência por parte dos setores sociais comprometidos com sua afirmação.

Nesse sentido, o livro organizado por María Soledad Segura e Cintia Weckesser traz um importante alento a militantes e ativistas dos tantos meios comunitários em países da América Latina, reconhecidos através de regulamentações que buscaram consolidar espaços significativos para o setor: sua mobilização não será em vão, a despeito de quaisquer tormentas políticas, se não se esmorece a capacidade de se articular para identificar novos desafios.

Recebido: 20/09/2016

Aceito: 13/11/2016

